

LEI N.º 2.388, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2007.

***“DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO
PARA A CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES POR PRAZO DETERMINADO, CRIAÇÃO DE
FUNÇÕES PÚBLICAS PARA ATENDER NECESSIDADES DE CONVÊNIO, E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS”.***

ANTONIO ALVES DA SILVA, Prefeito Municipal de Parapuã, Comarca de Osvaldo Cruz, Estado de São Paulo, usando de suas atribuições legais, faz saber que a CÂMARA MUNICIPAL DE PARAPUÃ APROVOU e ele SANCTIONA e PROMULGA em redação final a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a contratar servidores para ocupar as funções temporárias de Obras e Instalações, necessárias a execução do Convênio n. 1.03.00.00/3.00.00.00/370/2006, junto à CDHU – Companhia de Desenvolvimento Habitacional Urbano.

Artigo 2º - Ficam criados, em caráter excepcional, as seguintes funções públicas, e respectivos salários nas quantidades e jornada que segue descrita:

FUNÇÃO	QUANTIDADE	REF. SALARIAL	CARGA HORÁRIA
PEDREIRO	20	800,00	44
ATENDENTE	01	500,00	44
VIGIA	02	500,00	44

Artigo 3º - A experiência inicial será de 45 (quarenta e cinco) dias, podendo ser prorrogada por igual período caso haja necessidade, por motivos devidamente justificados.

Parágrafo único – O contrato temporário terá prazo de duração determinado, não superior ao de duração do convênio e sua eventual prorrogação, e será processado através de procedimento seletivo.

LEI N.º 2.388, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2007.

Artigo 4º - O regime a que vincula as presentes contratações por prazo determinado, é o da CLT – Consolidações das Leis do Trabalho, aplicando-se subsidiariamente toda a legislação vigente, inclusive a municipal.

Artigo 5º - O impacto orçamentário e financeiro de que trata o artigo 16 da Lei Complementar 101/00 será considerado nas peças contábeis e em rubricas próprias da Prefeitura Municipal de Parapuã.

Artigo 6º - As despesas decorrentes da execução da presente Lei, correrão por conta das verbas próprias já constantes nos orçamentos vigente e futuros, suplementadas se necessário, ou ainda com recursos provenientes de repasses da CDHU.

Artigo 7º - A presente despesa, por tratar-se de pessoal temporário para a realização de Obras e Instalações não integra o cômputo dos gastos com pessoal, nos termos da Portaria Interministerial n. 163/2001.

Artigo 8º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, sendo que as funções aqui criadas extinguem-se automaticamente quando da conclusão do convênio com a CDHU.

Prefeitura Municipal de Parapuã, aos 05 de dezembro de 2007.

ANTONIO ALVES DA SILVA
Prefeito Municipal
Parapuã

Publicada e registrada em livro próprio na Secretaria da Prefeitura Municipal de Parapuã e afixada em lugar de costume na data supra.

CLAYTON FERREIRA DA SILVA
Secretário designado